



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.486, DE 2013

(Do Sr. Walter Feldman)

Modifica o art. 1.793 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, a fim de encerrar eventuais discussões acerca da aplicação do dispositivo ocorridas nos tribunais nacionais.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 1.793 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1.793.** O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão, por escritura pública ou termo nos autos do inventário.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei busca modificar um dispositivo normativo do Código Civil que já está em desuso, adequando-o à forma com que tem sido aplicado.

Atualmente, o artigo dispõe que o direito à sucessão aberta e o quinhão de que disponha determinado herdeiro podem ser objeto de cessão, desde que o ato tenha sido feito por meio de instrumento público. Contudo, a cessão feita por meio de escritura pública é consideravelmente onerosa, uma vez que, além das custas processuais e de todo o processo de inventário, os herdeiros ainda são obrigados a suportar gastos com as escrituras públicas que, dependendo do valor do objeto de cessão, pode alcançar valores exorbitantes.

A exigência de que a cessão seja feita apenas por meio de instrumento público é lastreada na antiga crença de que somente a escritura pública é o meio seguro e eficaz para validar um ato de tamanha importância. Por isso, sempre se buscou afastar a cessão por meio de instrumento particular, mais suscetível a fraudes e violações a patrimônios, segundo seus detratores.

Tamanho zelo, no entanto, fez com que as cessões do direito à sucessão aberta ou do quinhão de herdeiro tornassem-se práticas muito pouco usuais. Com o tempo, os tribunais passaram a também aceitar a cessão feita através de termo nos autos do inventário. Apesar de não ser o mesmo que uma

escritura pública, há de se reconhecer que o Poder Judiciário confere segurança à cessão. Não se elimina, mas ao menos inibe-se o cometimento de fraudes e violações, talvez na mesma proporção da escritura pública.

Essa forma de cessão, inclusive, já era reconhecida no Código Civil de 1916, atualmente revogado, em seu artigo 1.581, que já previa a renúncia por meio de assinatura de termo judicial. Salienta-se que a cessão de quinhão hereditário é reconhecida como renúncia translativa, ou seja, é feita pelo herdeiro – cedente – em benefício de outra pessoa – cessionário.

Mesmo com a maior parte da jurisprudência ser no sentido desse entendimento, ainda existem tribunais e juízes que não o aceitam, levando a interposições de recursos e a longas e morosas discussões processuais.

Promovendo-se a alteração proposta neste Projeto de Lei, este problema seria sanado e a Justiça poderá ser mais célere em casos desse jaez, além de tornar o custo da cessão consideravelmente menor para quem deseja fazê-la.

Considerando a relevância do tema tratado na proposição, peço o apoio dos nobres Deputados e Deputadas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 02 de outubro de 2013

Deputado Walter Feldman

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

PARTE ESPECIAL

.....

LIVRO V
DO DIREITO DAS SUCESSÕES

TÍTULO I
DA SUCESSÃO EM GERAL

.....

CAPÍTULO II
DA HERANÇA E DE SUA ADMINISTRAÇÃO

.....

Art. 1.793. O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública.

§ 1º Os direitos, conferidos ao herdeiro em consequência de substituição ou de direito de acrescer, presumem-se não abrangidos pela cessão feita anteriormente.

§ 2º É ineficaz a cessão, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente.

§ 3º Ineficaz é a disposição, sem prévia autorização do juiz da sucessão, por qualquer herdeiro, de bem componente do acervo hereditário, pendente a indivisibilidade.

Art. 1.794. O co-herdeiro não poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.

.....

.....

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916
(Revogada pela Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002)

Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decretou e eu sanciono a lei seguinte:

.....

PARTE ESPECIAL

LIVRO IV
DO DIREITO DAS SUCESSÕES

TÍTULO I
DA SUCESSÃO EM GERAL

CAPÍTULO III
DA ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

Art. 1.581. A aceitação da herança pode ser expressa ou tácita; a renúncia, porém, deverá constar, expressamente, de instrumento público, ou termo judicial.

§ 1º É expressa a aceitação, quando se faça por declaração escrita; tácita, quando resulte de atos compatíveis somente com o caráter de herdeiros.

§ 2º Não exprimem aceitação da herança os atos oficiosos, como o funeral do finado, os meramente conservatórios, ou os de administração e guarda interina.

Art. 1.582. Não importa igualmente aceitação a cessão gratuita, pura e simples, da herança, aos demais co-herdeiros.

FIM DO DOCUMENTO
